

*JOAQUIM NABUCO, O REPUBLICANO
PARLAMENTAR*

EDGAR ALTINO

Ex-Diretor da Faculdade de Direito
da Universidade do Recife

CONFERÊNCIA NA FACULDADE DE DIREITO DE
S. PAULO — MAIO — 1950

Exmos. Colegas de S. Paulo:

Em 1927, no ambiente da inteligência nacional, foi comemorado o centenário da fundação dos cursos jurídicos no Brasil.

Cem anos havia que brotaram duas fontes de saber humano. Acenderam-se no Brasil duas luzes de entendimento jurídico. Olinda e S. Paulo passaram a ser os centros de irradiação que haveriam de ilustrar os arquivos da mentalidade pátria.

Cinco anos antes, às margens plácidas daquele Ypiranga, dera Pedro I o brado retumbante, solução política e feliz contra os agravos da metrópole, pelos anseios políticos e intelectuais da colônia.

Olinda era, evidentemente, a cidade espiritual do norte, cujo esplendor, prestígio e fama, cristalizados desde o século XVII, difundiam-se pelo vasto império colonial. S. Paulo fôra o teatro das lutas ingentes de cometimento expansionista, de desbravamento do território, de bandeiras descobridoras de novas regiões.

Não fôra então difícil, ao Visconde de S. Leopoldo, a preferência de localização de estudos jurídicos, fora da metrópole brasileira por princípio, em Olinda e em S. Paulo, centros de convergência do norte e do sul.

Lá e aqui foram semeados os germens das nossas universidades. E si não nasceram essas universidades que já as podíamos ter centenárias, a razão no-la dá o Padre Vieira: "Nunca o fogo abrasou a vontade que o fumo não cegasse o entendimento." E foi o que se deu.

Pois que na minha encantadora cidade, banhada pelo grande rio que tanto a embeleza, enobrece e caracteriza, tempo houve em que a cultura humanística esteve elevada ao mais alto grau, concretizada no velho "Colégio das Artes", onde a especulação filosófica, ao lado da retórica, da lógica, da arte poética, das ciências naturais e das línguas, sobretudo do grego e do latim, oferecera a mestres autodidatas e alunos sedentos de saber — sedutores prazeres espirituais ao sabor das pugnas universitárias do velho mundo.

No entanto, o ímpeto político e o tumulto resultante prevaleceram sobre a coordenação universitária que ensaiávamos. As fogueiras devoraram os propósitos e a fumaceira obnubilou e dementou a idéia o entendimento.

Mas os dois cursos sobreviveram. Sobreviveram e cresceram como irmãos que se compreendem e se entretêm nos desígnios do ideal comum. E quando chega o centenário de tão altas aspirações, iterativamente realizadas, as escolas gêmeas se procuram e se juntam para comemorar os feitos notáveis decorri-

dos e exaltar os fautores eternos, mestres e alunos, de suas glórias.

Foi assim que a 11 de agosto de 1927, esta Faculdade de Direito de S. Paulo mandou fundir em bronze duas placas comemorativas, ilustradas por conceito de jurista e de filósofo, nas palavras do cérebro vidente e riquíssimo de Ruy Barbosa.

Uma dessas placas era para aqui ficar. A outra, absolutamente idêntica na forma somática e na expressão espiritual, para a irmã coetânea do norte, para a Faculdade de Direito do Recife.

Quem desde então ali penetrou ou, pelos tempos afora, houver de penetrar, viu ou verá, logo à vista, aposta a uma das paredes do amplo vestibulo, o *oere perennius* com a sentença imortal: "Debaixo destes tetos duas evidências há que nos desmagem e chegam a desconvencer-nos da morte: a continuidade da tradição e a continuidade da justiça."

A bravura da oferenda que encerra o mais nobre propósito mental, tocou-nos o coração. Mas não só isso. Criou-nos uma deliciosa dívida de gratidão, difícil, porém, de saldar. É que nós queríamos pagar na mesma moeda. No mesmo padrão da vossa dádiva. Com a própria inteligência do vosso gesto. No valor do alto conceito que vos inspirou.

Porisso tardamos. Tardamos muito em busca da oportunidade que afinal chegou. Deste-nos Ruy e nós vos damos Nabuco. Dêste também a vida foi uma epopéia. De ambos decorreu o centenário de nascimento no ano que passou. Celebraram-se homenagens comemorativas em todos os centros cultos da nação. Ambos viveram no Recife e aqui, como filhos espirituais desta e daquela escola.

* * *

A oportunidade do centenário do nascimento de Joaquim Nabuco inspirou-nos esta visita de cordialidade universitária. Apanhamos uma centelha da mentalidade privilegiada do pernambucano notável, sábia

advertência, sempre atualizada, aos jovens estudantes, para inscupi-la no bronze e vo-la trazer, de coração a coração, para que a guardeis e venereis, mestres e alunos, como nós guardamos e veneramos aquela que nos mandastes.

Quiséramos que esta festa de hoje houvesse sido ferida no dia 19 de agosto de 1949. Era intento nosso que as comemorações do centenário de Nabuco que tanto se ligou a S. Paulo e a esta Casa pela vida intelectual intensa que aqui viveu, do primeiro ao quarto ano de Direito, desejávamos que essas comemorações se realizassem no mesmo dia, nos dois ambientes escolares que Nabuco respirou. Na Faculdade do Recife e nesta Faculdade.

Motivos insuperáveis forçaram êsse adiamento. É que queríamos vir pessoalmente a S. Paulo, como estamos agora, para juntamente convosco, neste recinto augusto onde ressoam as vozes eruditas dos numes tutelares desta Faculdade, rendermos juntos o preito inelutável da nossa incontida admiração ao vulto majestoso de Nabuco, o brasileiro cidadão do mundo.

* * *

Quem passa pela rua da Imperatriz (antigo atê-ro da Boa Vista), no Recife, verá, no frontão de velho sobrado de 3 andares, a seguinte inscrição:

“No segundo andar dêste prédio nasceu o grande abolicionista Dr. Joaquim Nabuco, em 19 de agosto de agosto de 1849 e faleceu em Washington em 17 de janeiro de 1910, como Embaixador do Brasil, sendo sepultado no Cemitério Público desta cidade em 17 de abril de 1910. Homenagem do Município do Recife.”

Pouco haveria de demorar Nabuco na casa de seu nascimento, pois em dezembro dêsse mesmo ano de 1849, parte seu Pai, do Recife, para tomar assento

na Câmara da Côrte. Parte com a família e deixa Joaquim Aurélio aos cuidados maternos de sua madrinha — a Senhora do Engenho Massangana. Nesse solar patriarcal de fazenda de cana de açúcar e de escravos, que haveria de inspirar mais tarde aquela página admirável que é “Massangana”, vivera Nabuco sua primeira infância.

Fôra êsse o teatro panorâmico de que seu sensório, ávido de impregnações, recebera a enorme soma de aquisições que haveriam de fixar as diretrizes de sua vida na luta pela abolição.

Depois, quase que súbitamente arrancado dêsse ambiente para seu lar verdadeiro, mas inteiramente desconhecido, retém a cena do novo encontro, para um dia rememorar:

“Meus pais residiam então numa casa
“grande de três andares”.....
“fêz-me o efeito de um palácio. Não me
“lembro de ter sentido emoção alguma
“ao encontrá-los; lembro-me apenas de
“ter sido examinado, observado, analisa-
“do, como uma curiosidade “.....”
“Compreendi que meu Pai era pessoa
“de muita importância e que eu não
“havia decaído com a mudança de po-
“sição “.....” espantaram-se
“com os meus progressos. Em minha fa-
“mília encontrei a mesma atmosfera re-
“ligosa de Massangana. Aos domingos
“havia missa em casa, a qual eu ajuda-
“va como em S. Mateus.”

Carolina, sua filha (Vida de Joaquim Nabuco) diz que a êle — “sua mãe se lhe afigura, durante ainda bastante tempo, como apenas uma rival daquela que êle não podia esquecer.”

Era como “um órfão em casa de um tutor bon-doso, onde todos se esforçassem de o “reconquistar”.

Depois — o Colégio Pedro II e a influência que

haveria de perdurar, de TAUTPHOEUS, confessada naquele notável capítulo XXV de "Minha Formação".

Tautphoeus era o homem que sabia tudo. Era o **dicionário**, a **enciclopédia**, a difundir ensinamentos, página por página, **sem ênfase, sem colorido, sem expressão mesmo**, torneira aberta a jorrar ciência, erudição, com prodigalidade e sem ambição. Vida de renúncia que se enchera completamente na contemplação da natureza tropical do Brasil. Com que encantos descreve Nabuco o embevecimento do Sócrates teuto-brasileiro pelos quadros naturais da floresta tropical, das praias arenosas, do verde das águas e do verde da folhagem de Paquetá que êle explorava no sentido de um prazer espiritual, sempre repetido a tôdas as horas, em tôdas as estações e nunca saciado!

Essa, uma das influências, proclama Nabuco, que Sócrates exercera sôbre Alcibiades, apurando o gôsto, o encanto, ainda que sentimental e ingênuo, do jovem discípulo brasileiro, pelo mundo físico de seu país!

Não menos notável, antes, talvez, como das mais frisantes e sólidas, fôra a contribuição decisiva para o desenvolvimento de um dos aspectos da mentalidade de Nabuco — o de historiador.

Essa dúzia de páginas que Nabuco consagra ao venerando preceptor de sua juventude, que lhe continuaria Mestre dileto até o fim de vida quase centenária, estão cheias daquele poder precioso de conhecimento e de interpretação, por vêzes profética, dos homens e das coisas, que sempre dera a Nabuco o condão de expor semiolôgicamente, no tempo e no espaço, as sutilezas recolhidas da análise que porventura houvesse perpetrado.

São páginas em que as côres do sentimento não são mais vivas que as da razão que analisa o elogiado.

* * *

Em 1866, vindo da côrte, chega a S. Paulo, aos 17 anos, um moço bem nascido e bem criado, para estudar Direito.

Joaquim Aurélio Nabuco de Araújo encontra um S. Paulo onde não há estradas de ferro, vindo-se de Santos a cavalo. Sua filha, Carolina, descreve o ambiente (que seria o mesmo da Bahia e do Recife, naquela época e ainda até a primeira década do século atual, pelo menos na Bahia) em que os estudantes eram reis; "a tendência própria da classe e da idade, de se considerarem árbitros de tôdas as questões, não encontrava oposição."

Nabuco instala-se numa "república" e anota: "desde os primeiros dias em que, senhor absoluto de mim mesmo, sem supervisão que recear, comecei a comprar os móveis, a louça, a roupa para minha instalação com três dos meus colegas"..... Dêste arrazoado reçuma a euforia da liberdade e da independência que haveriam de ser as normativas de tôda a sua vida.

Entra, de logo, na liça e se deixa enredar na trama política que empolga a mocidade na Academia, onde há conservadores e liberais. Nabuco afirma-se na imprensa e nos prélios acadêmicos como líder liberal. A "Tribuna Liberal" e a "Independência" foram jornais políticos de criação sua, que se editaram e circularam nesta Capital.

Em 1868 congrega, aos colegas mais identificados na luta liberal (dois dos quais, Rodrigues Alves e Afonso Pena, haveriam de ser presidentes do Brasil), novos nomes: Ruy Barbosa e Castro Alves, vindos da Faculdade do Recife.

As atividades políticas dessa mocidade liberal avultam com o retôrno, a S. Paulo, de José Bonifácio, o moço, após o golpe de estado recente (julho, 1868), resultante dos graves acontecimentos que pu- seram em cheque o gabinete Zacarias.

É que Caxias, do teatro de operações de guerra, no Paraguay, formulara pedido de demissão, desde fevereiro, na persuasão de que o govêrno lhe estava a tirar a fôrça moral indispensável à eficiência do comando em chefe.

Caxias não deve, não pode sair. Cai o gabinete.

O Imperador entrega o poder aos conservadores, pela mão de Itaborahy, contra a maioria liberal da câmara, forçando a dissolução.

Na côrte, o velho senador Nabuco, no célebre discurso *sorites*, insurge-se contra a atitude imperial que admite legal mas ilegítima, porque a coroa chamara ao ministério uma política vencida nas urnas, estabelecendo um govêrno contrário à situação insti-tuída pela vontade nacional. Na Câmara, José Bonifácio bate na mesma tecla e formula, com a grandeza de seu verbo e a intrepidez de suas atitudes, veemente protesto contra a usurpação perpetrada pela coroa contra a maioria liberal. E neste estado de alma volve a S. Paulo, onde a estudantada o recebe em delírio. O estudante Joaquim Nabuco que já conquistara, na cidade, notável evidência, toma a iniciativa de um banquete a ser oferecido ao brilhante professor desta Faculdade, conseguindo o comparecimento não só dos estudantes liberais como dos figurões do partido.

Ruy Barbosa, Afonso Pena, Castro Alves, Sancho de Barros Pimentel e Nabuco, para só falar dos moços estudantes, saúdam o professor-estadista. O discurso de Ruy, nessa memorável manifestação política, cincoenta anos depois receberia a consagração de marco decisivo do início de sua carreira política.

Nabuco fala em nome da mocidade e começa: "Em nome da mocidade, porque não são moços os que não têm no peito a febre das idéias liberais, venho saudar um homem que é uma idéia, uma data que vale uma história, um partido que é um povo: — o cons.^o José Bonifácio, o dia 17 de julho, o partido liberal".

Aprovado nas matérias do terceiro ano, transfere-se Nabuco para o Recife, com o fim de terminar seu curso na Faculdade da terra natal.

No entanto, como houvesse sido prêsa de doença grave e demorada, não lhe puderam ser contadas as frequências necessárias à admissão aos exames. Apesar do ostracismo político em que estava, o pres-tígio paterno alcança-lhe o amparo de uma lei espe-

cial, *ad hominem*, que permitiria ao estudante prestar atos daquele quarto ano, à opção, no Recife ou em S. Paulo.

Nabuco volta a S. Paulo como quem volta à casa paterna. S. Paulo fôra-lhe o cenário das primeiras façanhas políticas e intelectuais de maior vulto. Fôra-lhe o céu dos primeiros grandes remígios. Aqui deixara amigos e colegas e gastara três anos de atividades de espírito e de coração. Não lhe seria possível perder a oportunidade de rever o ambiente de sua afetividade liberal, onde lhe seria lícito derramar as catadupas de sua inteligência e ostentar as seduções de sua personalidade encantadora, mais uma vez a afirmar-se ao apreço de Mestre e de colegas!

Colhidas as aprovações necessárias, só, então, parte definitivamente para o Recife. Em dezembro de 1870, é-lhe conferido o grau de Bacharel em Direito, pela Faculdade da terra em que nascera.

Nesse preito rendido à cidade natal há-de enxergar-se a constituição propulsora de tôdas as suas vivências posteriores. Êsse quinto ano do Recife haveria de fundamentar sua personalidade política no sentido, sobretudo, humanístico. A tribuna do júri começa a atraí-lo, mas somente para defender escravos criminosos, dizendo de um dêsses, que matara quem lhe interceptara a fuga, que o **negro não cometera um crime, removera um obstáculo**. Era o argumento supremo do direito essencial de liberdade pela qual lidimamente ansiava o escravo e que lhe era torpemente tolhida na senzala.

Desde então não mais abandonaria a causa sagrada que até o 13 de maio passara a ser o **primum movens** de sua vida.

Nas suas confissões que se encerram naquelas páginas admiráveis de "Minha Formação", desenrola-se aos nossos olhos o panorama sublime que foi a sua evolução mental.

A avidez com que se abeberava das aquisições do ambiente! A ânsia de enriquecer os centros sensoriais

das impressões das fontes européia e americana que tanto robusteceram seu acervo mental!

Mas não só isso.

Era indispensável a observação pessoal. Nabuco terá de correr mundo para sentir **de visu** o fenômeno ecológico dos centros da civilização. A princípio como espectador estudioso, a demorar aqui e acolá, ao sabor da atração maior ou menor que lhe prenderão o espírito; depois, adido de legação, guardando sempre e vantajosamente as oportunidades que se repetirão magníficas e lhe farão inteirar-se das pessoas, das coisas e dos idiomas das nações em que servirá, enaltecendo o Brasil.

Dêsse quinto ano do Recife, em que pela primeira vez lera Bagehot, data evidentemente sua clarividência política. Clarividência que se não haveria mais de turvar, pois que a compusera do conceito cristalino que então formulara de que política, em sua forma pura — o espírito público, é inseparável de tôdas as grandes nações. Sem a pátria, sem a nação, disse êle um dia, não há homens e os homens com ela serão forçosamente políticos.

Sua doutrinação continua: “a política, isto é, “o sentimento do perigo e da glória, da grandeza ou da queda do país, é uma fonte de inspiração de que se ressentem em cada povo a literatura tôda de uma época”.

Até 1871 era o tumulto das paixões a sacudir seu espírito liberal para as grandes causas da humanidade.

Não saberia êle próprio si era republicano ou monarquista; o que sabia e cada dia se afirmaria até a morte, era que seria sempre o defensor dos oprimidos, o libertador de uma raça, o revoltado permanentemente contra qualquer espécie de tirania ainda que potencial.

A um espírito como o de Nabuco não deveriam importar formas de governo. É por isto que alimentado por Bagehot êle se crera fixado à monarquia,

erigido o padrão da monarquia inglesa parlamentar como panorama democrático, para contrapô-lo à república presidencial norte-americana. O que êle querêr, porém, é o governo de gabinete. E como a totalidade das repúblicas americanas é de moldes presidenciais, imperando o caudilhismo nos países latino-americanos, haverá de insurgir-se contra a implantação da república no Brasil, que preverá também presidencial e caudilhesca. O arrastar do trono pela corrente demagógica que então se avolumava, teria de levar, na enxurrada, o parlamentarismo tradicional que foi incontestavelmente a melhor escola democrática de estadistas da América do Sul.

Êsse sentido profético de Nabuco que os fatos políticos posteriores vieram confirmar, a república presidencial e caudilhesca no Brasil, vem de ser proclamada pelo sr. Maurício de Medeiros, no estudo psico-biográfico que na Academia Fluminense de Letras, fizera de Joaquim Nabuco, no ano passado.

Há meio século previa Nabuco a evolução política dos Estados Unidos da América — do isolacionismo em que então viviam, como nação política, para afinal ligarem sua história com a das outras nações, associando-se e lutando com elas pelas causas dignas, puras e humanísticas.

“Só um pensador político”, disse Maurício de Medeiros, “com o dom de penetrante observação e consequente capacidade de previsão, poderia vaticinar essa marcha ascensional dos Estados Unidos para êsse plano superior em que aquêlê país se colocou ao saior do seu isolacionismo até chegar à sua política atual de perfeita comunhão com tôdas as Nações, cujos povos amam a forma democrática de viver!”

A campanha abolicionista que o absorveria tão ardorosamente, no seio do Congresso, na praça pública ou nos teatros, fizera-o proferir os mais memoráveis discursos políticos. Pois foi a bandeira abolicionista a que empunhara, de preferência, nas campanhas eleitorais em que o partido liberal o apresentara aos sufrágios populares; e não foi raro ouvi-lo dizer

partido abolicionista em vez de partido liberal, onde sempre militou, pois, que êsse partido não abriangia em seu programa tôda a soma de idéias políticas capazes de saturar sua ansiedade humanística.

Nos quadros políticos nacionais (*statu quo* dos conservadores versus pruridos reformistas dos liberais) produzira-se mais uma vez o paradoxo de reformas de feição liberal levadas a efeito por gabinetes conservadores. A lei de 28 de setembro, do gabinete Rio Branco, confundira os liberais. Sentiram-se roubados, no dizer de Nabuco. A luta entre os partidos parecia inútil e por isto é que se gerara, no seio dos liberais, a dissidência que haveria de mergulhar na idéia republicana, grande e talvez a melhor parte dos homens dêsse partido.

Em julho de 1885, Nabuco volta à Câmara cercado de imenso prestígio. Vencera o pleito ostentando a bandeira da abolição, em disputa com o ministro Portela. Discute-se o projeto do gabinete liberal Saraiva pela emancipação dos escravos sexagenários, estendido o limite aos 65 anos. Nabuco insurge-se contra o projeto em notal discurso em que invoca uma regra invariável de ciência política, pela qual não pode ser anacrônico o objeto proposto à discussão. Pois a lei deverá pressentir e antecipar a marcha inevitável da nação e o projeto estava aquém do ponto a que a nação já chegara. Era, aliás, projeto de liberais. Mas Nabuco ia além dos liberais.

Ruy Barbosa, pela imprensa, também combate o que chama de "lei monstro" e Andrade Figueira o anatematiza porque acha o projeto adiantado demais!

Saraiva consegue afinal a aprovação, mas demite-se sem mesmo esperar a ratificação do Senado. A vitória do partido humilhara o Chefe do gabinete. Saraiva envergonhara-se de não ter podido fazer mais, diante da argumentação irrefutável de Nabuco.

Os acontecimentos haveriam de fazer ressurgir a situação de 1868. A coroa chama um conservador, Cotegipe, e o encarrega de formar novo governo, tarefa quase impossível diante da maioria liberal, si não fôra

a dissolução que facilmente Cotegipe haveria de conseguir do Imperador. Pois logo na sessão de apresentação do novo ministério, após vários incidentes que aliás não dizem bem da austeridade do Chefe do governo, antes o definem o estadista inteligente mas sarcástico, intrépido mas malicioso até certa dose de cinismo, o deputado Maciel obtém, por cinquenta e cinco votos, uma moção de desconfiança.

Ao terminar a rumorosa sessão, o discurso sorites de 1868 do pai, haveria de sair em 1885 da bôca do filho, nas seguintes candentes palavras: "Há neste país duas instituições, as quais ninguém sabe si se estimam ou si se odeiam; duas instituições que se aliaram para dominá-lo inteiramente — a monarquia, isto é, o governo de um só homem e a escravidão, isto é, o predomínio de um só interesse. Sempre que a sorte de uma corre perigo, a outra acredita ouvir o dobre funéreo de sua própria extinção. É isso o que vemos hoje neste recinto, é êsse o espetáculo a que assistimos".

Identificava, assim, Nabuco, chamando-as "instituições", a Escravatura e a Monarquia, estigmatizando-as, em um mesmo nível, como flagelos nacionais.

Ao Sr. Anibal Fernandes, o grande jornalista do Diário de Pernambuco (conferência na Academia Paraiibana de Letras, 19 de agosto de 1949), não passaria despercebida essa tendência do espírito liberal de Nabuco pela forma republicana de governo, quando diz, pág. 11: "O seu horror pela instituição servil é tamanho que nos escritos do tempo dir-se-ia um republicano. Ele mesmo diz no seu livro de memórias: "Essa era a minha linguagem dos 21 anos; nela se encontra um mínimo de monarquismo e um máximo de republicanismo". E, continua Anibal Fernandes, a propósito da ausência do Imperador, em viagem aos Estados Unidos, Nabuco, ao ver uma sociedade amplamente liberal e livre, governando-se sem rei, compreenderia que em certas épocas os povos podem dispensar qualquer tutela.

Essas manifestações dos 21 anos, obtemperadas pelo reparo que lhe suscitara a ausência do Poder Moderador, haveriam de culminar, apesar de sua fixação monárquica em 1873, quando, em sessão agitada, em pleno parlamento, em 1885, exclama:

“Esse trono, quando nós o encontramos no dia “7 de abril, era um berço como o de Moisés no Nilo, “colocado à beira da corrente que subia para levá-lo “consigo. Em 1840, pela mão de Antônio Carlos, rasgando a Constituição, vestimos a púrpura do Império ao César de quinze anos, que tínhamos achado “nêlo, mas nunca, Sr. Presidente, apesar da imensa “irradiação liberal do Continente Americano, foi possível conciliar êsse órfão do absolutismo com a democracia que adotou e lhe salvou a coroa.”

Poder-se-ia admitir que um monarquista convicto houvesse debuxado tal síntese política, de todo o segundo império, até 1885, se lhe não estuassem no ânimo intrépido idéias puras de parlamentarismo republicano democrático?

Em setembro de 1885 surge no Parlamento o projeto de reforma da Constituição monárquica, com a seguinte proposição: “o governo do Império do Brasil será uma Monarquia Federativa”, e os itens justificativos:

- 1.º — Distância entre as províncias;
- 2.º — Diversidade de interesses;
- 3.º — Governos provinciais por delegação não são verdadeiramente provinciais;
- 4.º — Absorção das províncias pelo Estado.

Nabuco empunha a bandeira do federalismo e, na discussão do projeto, para justificá-lo, lê um trecho de Agassiz sôbre a imensidade da região amazônica, quando o deputado paraense Mac Dowell aparteia: “É uma generosa aspiração do sábio viajante, porém “se V. Excia. conhecesse a localidade veria quanto “êle exagerou.”

A resposta de Nabuco a êsse aparte, a priori des-

concertante, é uma das mais evidentes manifestações da agilidade mental do grande brasileiro.

Ei-la: "V. Excia, proibe-me tocar nesse assunto porque não conheço a localidade. Eis, aí, sr. Presidente, um argumento a meu favor. Ocupo-me com êsses assuntos do vale do Amazonas desde há muito. Desde menino a grandeza dessa região e suas maravilhas fascinaram-me o espírito e a imaginação; eu tenho lido quase tudo o que há escrito sobre a natureza e o estado atual dêsse admirável território e, entretanto, o nobre deputado julga-me incapaz de formar juízo a respeito. Mas, a ser assim, não vê êle praticamente demonstrado que a sua província não pode ser governada de tão longe, por uma Câmara composta de homens como eu"?!

Eis aí a razão inelutável, só por si a fundamentar a idéia federalista que Nabuco não vê incompatível com o governo parlamentar, na côrte e nas províncias.

É então quando Prudente de Moraes, deputado republicano propõe um pacto: — "Se a Federação puder vir com a Monarquia — êle se tornará monarquista. Mas se a coroa, onipotente, opuser obstáculos invencíveis à realização dêsse sonho patriótico comum, Nabuco virá, com suas grandes qualidades pessoais, engrossar as fileiras republicanas". Nabuco responde: "o pacto está feito."

* * *

É notável, no entanto, a preocupação constante e repetida de Nabuco de se afirmar monarquista, como que a temer que seus atos e suas palavras estivessem sempre a denunciar o republicano.

Afinal, confessa um dia que a forma ideal de governo é a forma republicana.

Limita-se, porém, em sua crítica política, a duas grandes nações do mundo — a Inglaterra e os Estados Unidos. E do cotejo esmiuçado dos aspectos políticos, sociais e administrativos que observa em ambos os países, quaisquer que sejam os matizes dos

quadros expostos, elege o governo de gabinete da monarquia inglesa para comentar que a Rainha Vitória tivera sempre um poderio infinitamente menor do que o de qualquer presidente americano!

Da república parlamentar francesa, nada nos diz, no entanto, apesar das múltiplas manifestações dos seus encantos pela França, que o habituaram a pensar em francês. Aí também há gabinete e o gabinete é a principal comissão da câmara. Mas não há Rei!

Porque não comenta Nabuco das divergências ou semelhanças entre o governo de gabinete inglês monárquico e o governo de gabinete francês republicano?

Porque se há-de limitar à comparação entre o inglês e a norte-americano para se fixar ao inglês como paradigma da situação nacional brasileira?

O fenômeno racial, ali anglo-saxão e tão diverso do nosso, a considerar o élan temperamental latino, nunca fôra sequer abordado, como ponto de referência ou como fundamento sociológico de compreensão política. No entanto, a origem comum estaria a desafiá-lo ao grande pensador o estudo comparativo das normas políticas francesa e brasileira.

Nos últimos anos de sua vida fecunda, ainda Embaixador brasileiro em Washington, essa origem comum latina, especialmente ibérica, haveria de reavivar a chama da veneração que desde os verdes anos dedicara à obra de Camões.

A 10 de junho do ano passado, o Sr. Nilo Pereira, professor e parlamentar de fina têmpera, profere no Gabinete Português de Leitura, do Recife, brilhante conferência em que estuda as atividades de Nabuco na tentativa de projetar o vate épico e lírico, nas belezas da língua portuguesa, nos meios universitários da América do Norte (Camões e Nabuco, ed. do Gab. Port. de Leit., 1949).

“Não coloco, vêde bem”, diz Nilo Pereira, “Nabuco na categoria de maior exegeta de Camões. Mas não sei de ninguém que haja feito uma peregrina-

“ção camoneana mais enternecida, mais sincera, mais devotada do que Nabuco, revelando às universidades americanas, sob a modéstia encantadora de um simples propagandista, como a si mesmo chamava, “os segredos da maravilhosa floresta clássica”. Essa peregrinação valera, a Nabuco, conceito do Embaixador da Inglaterra, enaltecendo o espírito crítico do notável brasileiro, mas, sobretudo, quando confessa o admirável domínio do **camonista** sobre a língua inglesa, a despertar sua inveja se tal sentimento se pudesse conciliar com o alto porte do cometimento.

Ao meu ver, porém, a exaltação de Camões, aparentemente vinculada à defesa e valorização do nosso idioma, assumia em Nabuco — a mais — idéia político-humanística de um panamericanismo em que o Brasil se tem afirmado como que prêso às fontes portuguesas da nossa formação, pois “até a pátria é um sentimento que se alarga, a “ciência preparando a humanidade e a arte operando a união”.

E as razões, tiro-as ainda da interpretação de Nilo Pereira, pág. 24, explodem do raciocínio político de Nabuco, quando magistralmente insinua que a nossa separação de Portugal obedeceu à “lei da formação social da América”, pois a união permanente dos dois povos, pela extensão territorial da colônia e seu inevitável crescimento demográfico, propiciaria fatalmente representação brasileira, nas côrtes portuguesas, dupla da metropolitana, donde a possibilidade dessa maioria esmagadora decidir um dia a mudança da Capital, de Lisboa para, digamos, o Recife, ponto mais oriental. A isso opor-se-ia “a lei do predomínio europeu”, se não fôsse, a mais, “o mandamento — **respeitarás pai e mãe**”, não podendo “a Europa ser governada da América”.

E por que? Pois se por duas vêzes esteve essa “lei do predomínio europeu” a ser revogada, nas duas grandes guerras em que a intervenção americana foi decisiva!? É que Nabuco, e isto é, evidentemente, um dos aspectos de seu formoso espírito, nunca se haveria de afastar da influência histórica e estética de

sua formação mental e caracterológica em que até a alusão ao mandamento *respeitarás pai e mãe* está a explicar psicanaliticamente a sujeição subconsciente, de que êle nunca haveria de emancipar-se totalmente, de sua personalidade ao meio matriarcal de Massangana e depois do solar do Flamengo, político e feudalesco. É, realmente, estranhável, ainda que passível de análise abissal, que sua figura apolínea tão decantada e ainda virente em 1906, quando o vi, com Elihu Root, na Bahia, servida por tão altos dotes morais e intelectuais, só se houvesse deixado enredar pela trama sedosa do casamento aos 40 anos.

Havia em Nabuco uma certa ambivalência que suas confissões revelam, a despertar a curiosidade dos discípulos de Freud. Gilberto Freyre, em artigo sobre "Amores de Nabuco" (Jornal de Letras, Rio, agosto, 1949), concorre no sentido dessa interpretação aludindo ao ideal platônico de Nabuco expresso em figura romântica de mulher. A Mulher Escrava. A Princesa Isabel. A Polônia Martirizada. A Rainha Vitória. A Igreja.

Não seria lícito nem sério considerá-lo um Narciso, enlevado pela própria beleza física, a desprezar os encantos femininos que tanta vez o haveriam de tê-lo requestado, a êle que fôra cognominado — **Quincas, o Belo**. O fato de nada de concreto saber-se sobre a vida sexual de Nabuco até seus 40 anos, quando casou e desde então, tudo leva a crer, foi rigidamente monogâmico, prende-se, iniludivelmente, ao decôro que a vida pública lhe impunha, chumbado àquelas exigências históricas e estéticas de sua formação, equilíbrio social que nunca lhe haveria de faltar. Falam-se de quatro ou cinco casos, sussurrados, mal contados, inventados talvez, pela concepção inelutável de que um tipo varonil como o dêle não poderia fugir à tentação das delícias de alcova.

No entanto, apesar dêsse puritanismo, não lhe repugnaria o conceito e a estima em que tinha outros homens, inteligentes e cultos, ainda que de vida dissoluta. E foi justamente a Maciel Monteiro, o refi-

nado donjuan pernambucano, que êle elegeu patrono de sua cadeira na Academia Brasileira de Letras. A luta entre o *id* e o *superego* foi-lhe constante, ainda que ignorada, em tôda a sua vida.

Por vêzes, êle próprio o revela, em assuntos de propensão política. De seu primeiro contato com a França, em 1873, assinala: "De sentimento, de temperamento, de razão, eu era um tão exaltado partidário de Thiers como qualquer republicano francês; pela imaginação histórica e estética era, porém, legitimista".

Nesta refração mental a figura do Conde de Chambord reduzia, para êle, a de Thiers a proporções moralmente insignificantes. Mas depois, foi Thiers quem consolidou a terceira república, de forma parlamentar, com govêrno de gabinete, cuja evolução, triunfos e vicissitudes, Nabuco tão bem conheceu.

Êsse espírito francês que era o próprio espírito de Nabuco, o grande latino, foi o que nêle sempre se aprimorou como fundamento biológico de sua personalidade. Voltando a S. Paulo, em setembro de 1884, em pleno apogeu da campanha abolicionista, enche-se o velho teatro S. José para ouvi-lo e acompanhá-lo depois ao hotel. Nesse discurso, tangido pelas emoções do nobre ideal, dogmatiza: "não há glória pessoal em ser abolicionista no fim do século XIX, em um país americano, para um filho da raça latina".

O acabamento, êsse sim, através dos anos e da experiência, é que fôra inglês ou norte-americano. Porisso não repudiara êle, de instinto, de sentimento e de razão, aquêle conservantismo francês pelo qual fôra mais cômodo aceitar a terceira república com a paz, do que restaurar a monarquia, apesar da imaginação histórica e estética, com a possibilidade de nova guerra com a Alemanha.

Não poderia então, e assim, intencionalmente ou não, sempre o evitou, invocar as excelências do govêrno de gabinete francês republicano, porque teria de aceitar o govêrno republicano de gabinete no Brasil. É com razão que Graça Aranha diz haver

Nabuco composto de si mesmo uma imagem estranha às suas origens e tradições, pois da França que lhe fôra uma sedução, fugira cauteloso para conservar em tôda a sua fôrça a influência inglêsa de que se orgulhava.

Liberal, conservo-lhe a declaração, êle o era de uma só peça; pêsso e densidade democrática máxima, na sua admirável expressão. Naquele período acadêmico de S. Paulo sobretudo e do Recife, aí mais abolição, suas idéias flutuavam entre monarquia e república. Sem preferência republicana talvez sòmente, êle próprio o confessa, por causa do fundo hereditário e da fácil carreira política que tudo lhe augurava, ser republicano importaria romper com êsse passado illustre, com essa tradição normal e consolidada, então existente em seu país. Ser republicano valeria conspirar no propósito do desencadear da guerra civil, do embate cruento, da subversão total das coisas do Brasil. Ao seu espírito, à sua formação mental, haverá de repugnar a simples admissão de meios de que pudesse resultar a convulsão geral, a luta fratricida. Tanta hecatombe só para uma simples mudança de forma de govêrno!

República ou Monarquia, o essencial seria o gabinete parlamentar de forma democrática representativa.

Mas, no seu *id*, e admito mesmo — no seu *ego*, Nabuco foi entranhadamente republicano parlamentarista.

Não foi, portanto, Bagehot que o fixou à monarquia porque, em verdade, não foi à monarquia que êle se fixara, no majestoso desenrolar de sua vida. Foi ao govêrno democrático de gabinete, foi à pátria livre da mácula da escravidão, foi à descentralização política e administrativa com a federação, foi à humanidade.

Como arremate de sua formação, nos últimos dez anos, eis sua conclusão final: “Eu, porém, “não tinha uma parcela de legitimismo, de direito “divino; minha caracterização, o acento tônico, era

“outra — liberal, não no sentido passageiro, político da expressão, mas no seu sentido humano, eterno, e como liberal a aspiração sintética de minha vida “tinha que ser a de me não dissociar, qualquer que “fôsse sua forma de govêrno, dos destinos do meu “país”.

Foi por isto que êle disse um dia e o fizemos inscrever nesta placa de bronze que aqui vai ficar, como uma síntese de tôda a sua existência:

“A GRANDEZA DAS NAÇÕES PRO-
“VÉM DO IDEAL QUE SUA MOCIDADE
“FORMA NAS ESCOLAS E AS HUMI-
“LHAÇÕES QUE ELAS SOFREM DA
“TRAÍÇÃO QUE O HOMEM FEITO CO-
“METE CONTRA O SEU IDEAL DE
“JOVEM.”

E sua juventude estendeu-se e se eternizou até o homem feito.

S. Paulo, 5 de maio de 1950.